

## ANÁLISE SOBRE O EMPREGO DAS TRABALHADORAS RESIDENTES NO PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA” EM ALFENAS-MG

Clara Ribeiro Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a interseção entre geografia do trabalho, gênero e habitação nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas-MG. Fundamentado em perspectivas teóricas de Marx e Lefebvre, destaca a habitação como produto de valor de troca, vinculando sua valorização aos processos de produção do espaço urbano e à segregação socioespacial. Analisando dados locais de ocupação e renda, identifica-se um perfil desfavorável, principalmente entre mulheres, com renda baixa e ocupações precárias, como categorias e ocupação sem carteira de trabalho, como empregadas domésticas e comerciantes informais. A formação de uma classe trabalhadora nos residenciais reflete a relação entre produção e reprodução de uma classe precarizada nas relações de trabalho, evidenciando desocupação e informalidade nestas habitações. O estudo contribui para compreender a dinâmica laboral nas periferias, destacando as complexidades socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres em contextos de habitação de interesse social para famílias de baixa renda.

**Palavras-chave:** Trabalho, Mulheres, Precarização, Habitação e Periferia.

### RESUMEN

Este artículo analiza la intersección entre geografía del trabajo, género y vivienda en los conjuntos residenciales del Programa Minha Casa Minha Vida en Alfenas-MG. Basado en perspectivas teóricas de Marx y Lefebvre, destaca la vivienda como producto de valor de cambio, vinculando su valorización a los procesos de producción del espacio urbano y a la segregación socioespacial. Al analizar datos locales de ocupación e ingresos, se identifica un perfil desfavorable, principalmente entre mujeres, con bajos ingresos y empleos precarios, como empleadas domésticas y comerciantes informales. La formación de una clase trabajadora en los conjuntos residenciales refleja la relación entre producción y reproducción de una clase precarizada en las relaciones laborales, evidenciando desocupación e informalidad en estas viviendas. El estudio contribuye a comprender la dinámica laboral en las periferias, destacando las complejidades socioeconómicas enfrentadas por las mujeres en contextos de viviendas de interés social para familias de bajos ingresos.

**Palabras clave:** Trabajo, Mujeres, Precarización, Vivienda y Periferia.

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, clara.silva@sou.unifal-mg.edu.br

## INTRODUÇÃO

A interrelação entre habitação e trabalho é compreendida a partir da produção e reprodução social permeiam os fundamentos teóricos de Marx e Lefebvre, trazendo à luz a integralidade desses processos na contemporaneidade. Nesse contexto, a compreensão de que todo processo social de produção é simultaneamente um processo de reprodução estabelece a base para a análise da relação intrínseca entre os espaços residenciais e os momentos produtivos. A teoria de Lefebvre aprofunda essa perspectiva, introduzindo a noção de "lugares de recuperação", onde as atividades cotidianas, como lazer e descanso, não escapam das propriedades que vinculam espaço e reprodução das relações sociais de produção.

O presente artigo propõe uma análise sobre a interrelações entre produção e reprodução das relações sociais, a partir das questões entre trabalho e gênero entre os moradores dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) em Alfenas-MG. A compreensão desses processos é fundamental para uma aproximação sobre as complexas dinâmicas contemporâneas que permeiam a produção e a reprodução do espaço social, considerando o entendimento de que todo processo social de produção é simultaneamente um processo de reprodução (MARX, 2013).

Explorando o cenário atual, observa-se uma crescente informalidade e precarização das relações de trabalho, intensificadas por tendências pós-fordistas e neoliberais. A condição do "precariado" (BRAGA, 2019), caracterizado pela exploração econômica acentuada e baixos salários, destaca-se como uma realidade marcante na organização do trabalho contemporâneo. Considerando as diferenças históricas e as desigualdades de gênero, é essencial compreender como as mulheres, em diferentes contextos socioeconômicos, estão inseridas nos processos de produção e reprodução das relações sociais, enfrentando as especificidades das relações de trabalho e as dinâmicas habitacionais.

A criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, durante o segundo mandato do governo Lula, marcou a contratação de mais de 5 milhões de unidades habitacionais em todo o país, estabelecendo-se como o principal programa de provisão de moradias. Ele foi organizado em diferentes modalidades e condições de financiamento, abrangendo faixas de renda que variam de zero a oito salários mínimos. Em relação à presença e cobertura do Programa no Brasil, dos 5.568 municípios, 5.530 possuem contratos e unidades habitacionais pelo PMCMV, resultando em um Grau de Cobertura (CG) geral de 96,1% (MOREIRA et al., 2017, p. 600).

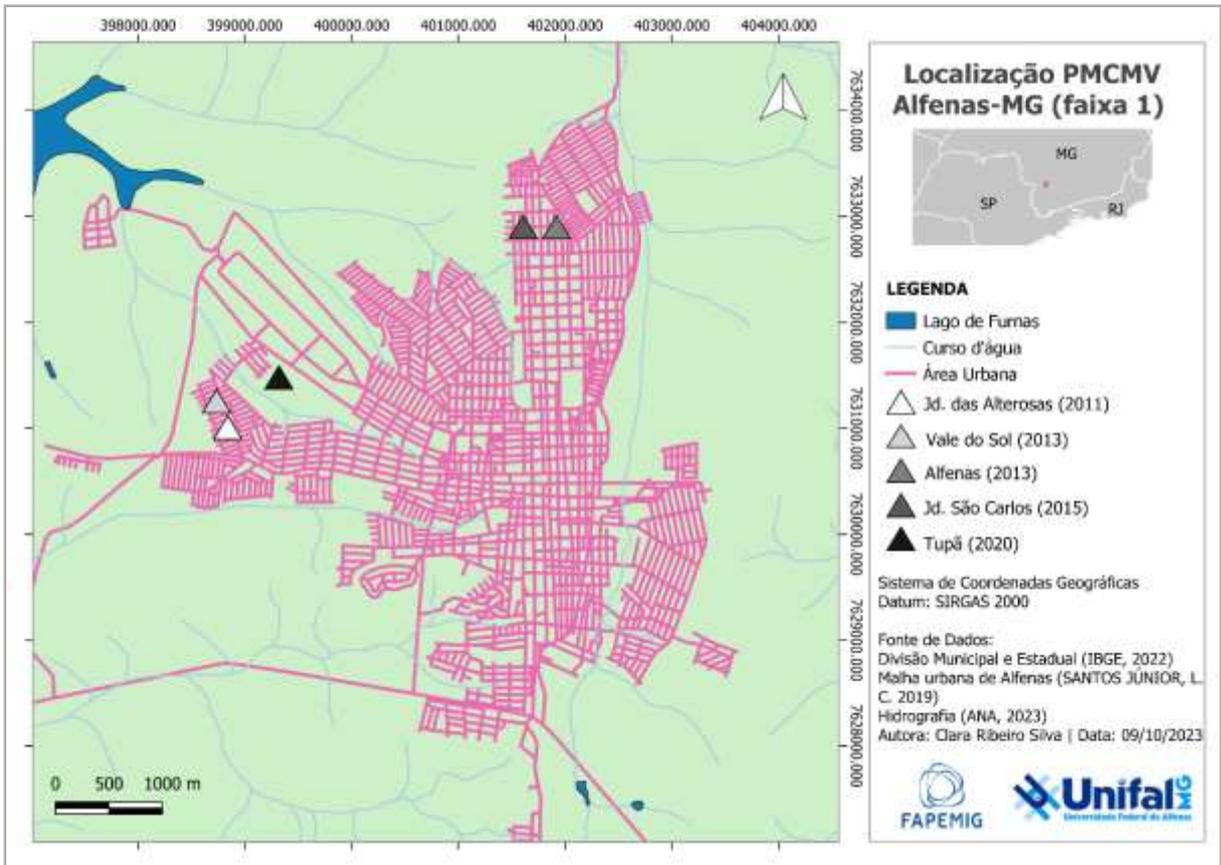
Apesar dessa abrangência, o PMCMV habitacional não demonstrou intenções de questionar a estrutura fundiária ou explorar a possibilidade de democratização de moradias vazias nas áreas centrais com melhor infraestrutura urbana, visando atender ao amplo direito à moradia e à vida urbana (SOUZA, 2020, p. 77). A construção massiva de habitações nas periferias, principalmente na faixa 1, reflete um processo de expansão urbana que contribui para o adensamento periférico. Isso está diretamente relacionado ao menor custo da terra nesses locais e à expansão linear da infraestrutura, implicando no aumento do distanciamento dos moradores em relação aos locais de emprego (RUFINO, 2016, p. 228).

Corrêa (1989) e Carlos (2013) destacam a desigualdade estrutural na sociedade capitalista, evidenciada pela concentração de atividades nas áreas centrais de maior infraestrutura. Isso inclui postos de trabalho, atividades comerciais, serviços e lazer. Em contrapartida, a população residente em áreas periféricas e de baixa renda é excluída do direito à cidade devido à lógica financeira que converte a habitação em valor de troca. Essa estrutura urbana imposta resulta em uma divisão espacial do trabalho e da habitação, levando à extrema separação entre o local de moradia e o local de trabalho. Isso exige deslocamentos que consomem tempo não remunerado e se refletem nas relações de imediatez, moldando o modo de viver e habitar o espaço urbano.

Diante desse panorama, as habitações de interesse social concebidas pelo Estado, conforme proposto pela teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (2001, p. 25), não apenas impactam o habitar e o *habitat*, mas também influenciam diretamente os espaços vividos pelos moradores. Essa influência se manifesta nos "espaços da recuperação", que englobam momentos de descanso, restauração da força física, mental e emocional dos corpos, além dos equipamentos públicos e serviços presentes - ou ausentes - no bairro. Esses elementos são cruciais para a análise e compreensão da reprodução social no cotidiano.

Como parte da proposta para esclarecer discussões sobre a geografia do trabalho e gênero, pretende-se estabelecer uma relação com os dados da pesquisa conduzida entre os moradores do Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas-MG. Esse programa é direcionado a famílias de baixa renda, especificamente na chamada "faixa 1" das habitações de interesse social. O objetivo é apresentar uma parte dos resultados obtidos durante a pesquisa de mestrado, focando na ocupação ou profissão das mulheres que residem nessas habitações localizadas nas áreas periféricas a oeste e norte do município, totalizando 1154 unidades habitacionais (Figura 1).

**Figura 1** Mapa de localização dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) em Alfenas-MG



**Fonte:** Silva (2023).

Os residenciais analisados estão localizados nos bairros periféricos do Jardim São Carlos, Recreio Vale do Sol e Jardim São Paulo, apresentando um distanciamento de aproximadamente 3 a 4 km da área central do município. Segundo o Censo Demográfico de 2022, Alfenas possui uma população de 78.970 habitantes (IBGE, 2022) e está situada na Região Geográfica Imediata de Alfenas, composta por treze municípios. Conforme Alves (2018), Alfenas é considerada uma cidade média em comparação com outros municípios da região imediata, destacando sua capacidade de polarização na rede urbana devido a atividades econômicas e de serviços, como os de saúde e educação.

Inicialmente, abordam-se questões relacionadas às relações de produção e reprodução relacionadas ao trabalho e precarização. Em seguida, são apresentadas considerações sobre a conjuntura social, econômica e política agravadas a partir de 2014 até o momento atual. Como conclusão, são fornecidas considerações sobre o perfil socioeconômico das famílias, abordando a questão da profissão, setores e nível de ocupação das mulheres.

Os dados obtidos permitiram estabelecer relações entre a ocupação ou profissão das mulheres. Destinados a famílias de baixa renda, os dados apontam uma predominância de renda entre zero e um salário mínimo, com ocupação majoritária na categoria sem carteira assinada e informalidade entre as mulheres. A constituição de uma classe trabalhadora residente nos residenciais está associada às condições, níveis de ocupação e setores que apresentam uma relação direta com a atual precarização das relações de trabalho e os índices de desocupação e informalidade no município.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada nesta pesquisa pode ser subdividida em três etapas: i) discussão de referenciais teóricos sobre os temas de habitação, gênero e panorama econômico e político a partir de 2014; ii) análise de microdados secundários divulgados trimestralmente pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) nos anos de 2012 e 2023; e iii) análise dos dados primários coletados durante o segundo trimestre de 2021 entre as famílias residentes das unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas-MG.

Em relação aos dados quantitativos sobre trabalho, gênero e perfil socioeconômico das famílias, foram aplicados 116 questionários durante o 2º trimestre de 2021 (abril, maio e junho). Este número representa aproximadamente 10% das unidades habitacionais do programa no município, totalizando 1154 unidades habitacionais. Conforme Gil (2008) e Marconi e Lakatos (2008), os questionários são considerados um instrumento de coleta de dados com observação direta extensiva, permitindo, por meio de termos numéricos, contribuir para a obtenção de evidências e similaridades sociais da população, tais como renda, sexo, escolaridade e idade.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Inicialmente, defende-se que a questão da habitação e do trabalho devem ser compreendidas a partir dos processos interligados entre produção e a reprodução das relações sociais, pois “todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (MARX, 2013, p. 641), sendo o espaço social o lugar da reprodução das relações de produção, considerada enquanto prática social em uma totalidade (LEFEBVRE, 1973).

Na obra "A Produção do Espaço" (2013), Lefebvre aborda as questões relativas ao espaço social, oferecendo uma análise cuidadosa da noção de produção. Durante essas discussões, ele se baseia nas concepções de produção de Marx e Engels, referindo-se aos sentidos amplo (*lato sensu*) e restrito (*stricto sensu*) do termo. O primeiro está associado à produção de coisas, produtos e mercadorias; enquanto o segundo está ligado à produção dos

próprios seres humanos, que elaboram sua vida social, sua história, sua consciência, assim como as diversas formas políticas e filosóficas. Essas formas, muitas vezes reduzidas à abstração e à lógica, transcendem o "atemporal", o não produzido, que ultrapassa a experiência do "sensível" (metafísica).

Desta forma, torna-se importante considerar que a produção não se reduz à produção de “coisas” e bens materiais durante as atividades produtivas, mas sim, da produção e reprodução de trabalhadores e de relações enquanto indispensáveis para o processo de acumulação capital. Assim, o desenvolvimento humano, do social, transcende à cisão filosófica entre sujeito e objeto. Para Marx (2013), o trabalho compreendido enquanto processo de apropriação, modificação e domínio da natureza a partir da força corporal, forma essa relacionada unicamente ao homem:

A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvinculou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (MARX, 2013, p. 188).

Torna-se importante considerar que a relação de trabalho na produção capitalista não é determinada pela modificação a produção material por meio do trabalho do homem, mas sim, uma “relação de produção determinada”, marcadas pela valorização e reprodução do capital. As atuais relações de trabalho, onde o trabalhador vende sua força de trabalho em um sistema marcado pela divisão laboral, influenciado pelo pós-fordismo e neoliberalismo, revela um vasto intervalo temporal em relação às formas tradicionais de subsistência.

O trabalho humano, como delineado por Marx em sua teoria, é caracterizado pela transformação da natureza, uma prática que evoluiu ao longo do tempo. Entretanto, torna-se importante considerar que a relação de trabalho na produção capitalista não é determinada pela modificação a produção material por meio do trabalho do homem, mas sim, uma “relação de produção determinada”, marcadas pela valorização e reprodução do capital.

A exploração do trabalho na sociedade contemporânea tem suas raízes na acentuada estratificação das classes sociais, decorrente da divisão laboral, da extração de mais-valia e da intervenção regulatória do Estado. Esses elementos são fundamentais para a manutenção do

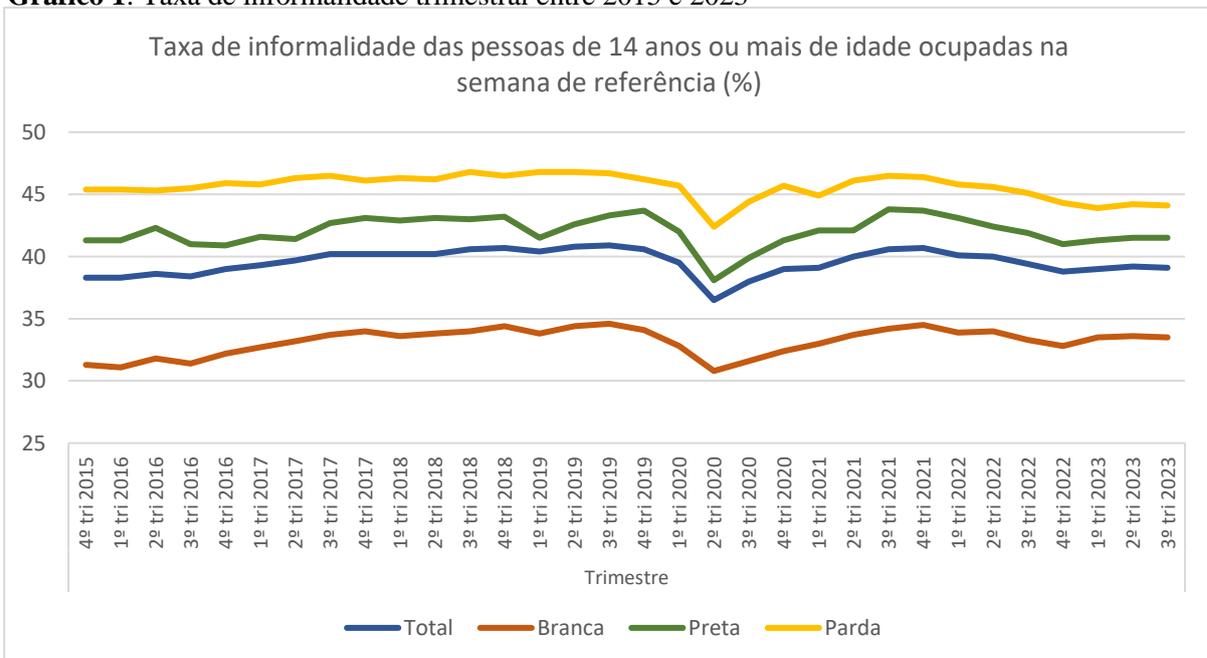


sistema capitalista. No entanto, a partir da progressiva erosão das proteções aos trabalhadores desde o período pós-fordista, intensificada pelo neoliberalismo na segunda metade do século XX, surgiram condições propícias para o aumento da exclusão social e para uma exploração econômica mais acentuada, caracterizando um estado de precariedade. Para Arrais (2022), sobre o aumento da informalidade e precarização das relações de trabalho, sobretudo agravados durante a Pandemia da COVID-19, indica que há o crescimento da formação de:

“Um exército de microempreendedores precarizados, composto por vendedores varejistas, cabeleireiros, manicures, pedicures, trabalhadores que lidam com alvenaria, promotores de venda, fornecedores domiciliares de alimentos, entregadores de aplicativos, motoristas etc., razão pela qual estavam habilitados a receber o Auxílio Emergencial” (ARRAIS, 2022, p. 15).

A alta da informalidade, expressão da precarização do trabalho, implica na desigualdade de renda. Segundo o IBGE, em 2020, 38% das ocupações eram informais, não incluindo os chamados microempreendedores individuais. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD), entre 2015 e 2023, as taxas de informalidade entre pessoas de 14 anos ou mais, classificadas por cor, apresentou uma variação média de 39,54%. A população parda apresentou uma média de 45,61%, seguida pela população preta (42,02%) e branca (33,17%).

**Gráfico 1:** Taxa de informalidade trimestral entre 2015 e 2023



Fonte: PNAD Contínua (2023). Org. Autora (2023).

Em relação a informalidade entre cor ou raça, é possível observar uma predominância entre a população parda e preta em relação a população branca. Para Passos (2021), a discussão sobre a questão racial está intrinsecamente ligada à informalidade. A população negra enfrenta dificuldades para acessar o trabalho formal com todos os direitos assegurados. Nesse contexto, a informalidade e o trabalho autônomo emergem como a única opção disponível para a classe trabalhadora negra participar do mercado de trabalho. É importante ressaltar que a comparação entre o desempenho de trabalhadores informais negros e brancos é desafiadora, considerando que as transformações no mundo do trabalho não alteraram substancialmente as bases fundamentais do modo de produção capitalista (ANTUNES, 1999). Consequentemente, estruturas geradoras de desigualdades, como o racismo e o patriarcado, tendem a se agravar nesse cenário.

Para Braga (2019), a precariedade tornou-se uma característica constante na organização do trabalho, classificando os trabalhadores como *precarizado*. Este grupo representa uma fração excluída, com salários notavelmente baixos, tanto em ambientes urbanos quanto rurais:

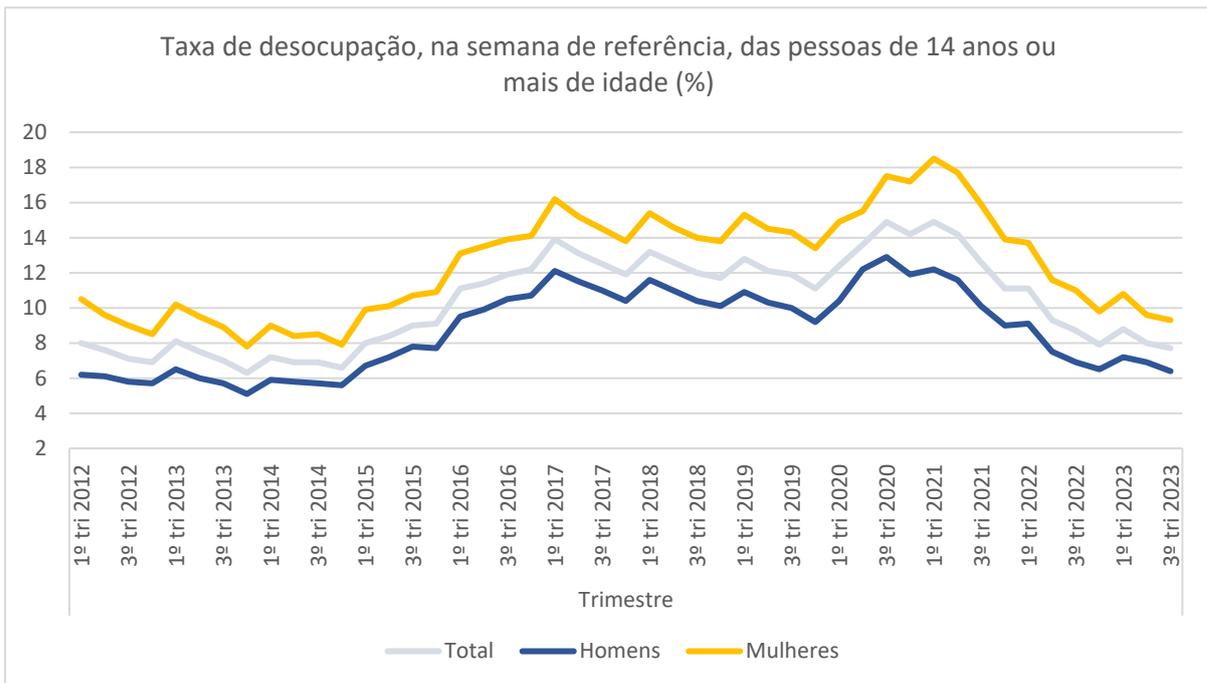
[...] pois entendemos os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade de exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica. (...) em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas excluídos, a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico (BRAGA, 2019, p. 19).

A precariedade pode ser entendida como uma constante na estruturação do trabalho, evidenciando adaptações mais eficientes para os processos de acumulação capitalista mediante salários reduzidos, flexibilização e supressão de direitos trabalhistas. No que diz respeito à legislação trabalhista brasileira desde a década de 1930, Oliveira (2002, p. 37) sugere que a "artificialidade" ou "realidade" dos níveis do salário mínimo, por meio da regulamentação trabalhista, contribuiu para estabelecer um custo de reprodução da classe trabalhadora abaixo do ideal. Em outras palavras, interpretando estritamente o salário como um patamar de subsistência para despesas com alimentação e serviços essenciais à vida, observa-se um aprofundamento da exclusão social econômica e um aumento da exploração dos trabalhadores.

Em relação a desocupação entre homens e mulheres, Saffioti (2013) argumenta que a desocupação, entendida como a ausência de oportunidades de trabalho remunerado, é uma expressão das desigualdades estruturais que permeiam a sociedade de classes. Ela argumenta que a mulher, ao se confrontar com a desocupação, é afetada de maneira peculiar devido às normas patriarcais arraigadas, que frequentemente limitam suas escolhas e oportunidades

profissionais. A autora destaca como a divisão tradicional do trabalho, que frequentemente confina as mulheres a papéis de cuidado e reprodução, pode contribuir para a desocupação. As barreiras para o acesso a oportunidades de trabalho e a persistência de estereótipos de gênero podem resultar em uma exclusão sistemática das mulheres do mercado de trabalho (Gráfico 2).

**Gráfico 2:** Taxa de desocupação por sexo entre 2012 e 2023.



Torna-se crucial investigar e reconhecer as diversas particularidades das funções desempenhadas por essas mulheres. Frequentemente, as atividades por elas realizadas são disfarçadas por autodeclarações como "desempregada" ou "sem profissão", englobando ocupações como babás, empregadas domésticas, cuidadoras, costureiras, vendedoras/comerciantes autônomas, cozinheiras, entre outras. Em outras palavras, é possível que a natureza do trabalho reprodutivo remunerado esteja associada ao trabalho informal, sujeitando-se mais às flutuações de oportunidades de emprego, a ocupações informais e à precariedade. Ademais, essas atividades exercidas pelas mulheres também mantêm relações intrínsecas com o desempenho de papéis como mãe e esposa no âmbito familiar, misturando-se e mesclando-se com as responsabilidades domésticas (SAFFIOTI, 2013, p. 92).

No espaço e tempo dos conjuntos habitacionais relacionados ao lugar e as condições de produção e reprodução de acordo com a realidade do emprego formal, informalidade e desocupação, bem como as relações de gênero, classe e raça, como ocorre a reprodução no cotidiano? A análise do cotidiano torna-se uma tarefa complexa, no sentido metodológico e da

possibilidade de compreender as totalidades presentes na produção do espaço e os aspectos de reprodução, relacionando o trabalho e gênero (SILVA, 2022). Para Damiani (1999), deve-se incorporar ao espaço a crítica da vida cotidiana a compreensão da reprodução das relações sociais, e o quanto essa reprodução atinge os níveis da vida (DAMIANI, 1999).

Segundo Lefebvre (2008), os espaços residenciais não apenas podem ser relacionados aos locais das relações de reprodução, mas também estabelecem vínculos significativos com os momentos produtivos. Essas condições são compreendidas como espaços deslocados, unificados, fragmentados e homogêneos, intrinsecamente ligados à reprodução das relações de produção, sendo denominados como "lugares de recuperação" (LEFEBVRE, 2008, p. 50).

Ainda que as considerações do autor, nesse ponto, reiterem o significado dos lugares destinados ao lazer, descanso, alimentação e encontros com familiares e vizinhos, assim como à restauração da energia (física, mental, emocional) dos corpos, esses espaços acabam também envolvidos, cooptados pelas mesmas "propriedades" de um tempo e espaço relacionados à reprodução das relações sociais de produção. Desta forma, o processo produtivo que envolve "coisas" e produtos necessita também da disponibilidade de trabalhadores e da reprodução das relações sociais diante da produção.

Para Freitas (2021), não deve-se apenas considerar a condição espacial e feminina como possibilidades de reprodução da força de trabalho, ou seja seu consumo, sua reprodução biológica e doméstica, mas sim, deve-se considerar a reprodução social em seu amplo sentido, como "*fronteiras de acumulação*", e defende a necessidade de dar "relevo às vocações transformadas da mulher e do urbano na periferia do capitalismo" (FREITAS, 2021, p. 162). A partir destas considerações sobre os aspectos

Conforme Saffioti (2013, p. 63) destaca, a tradição de submissão das mulheres aos homens, juntamente com a disparidade de direitos, não pode ser analisada de maneira isolada, pois as mulheres das classes sociais mais baixas nunca estiveram desvinculadas do trabalho. Mesmo anteriormente às estruturas sociais pré-capitalistas, a opressão de gênero e trabalho permeava a sociedade, e o sistema capitalista não apenas manteve, mas aprimorou e intensificou os níveis de exploração de classe. No que diz respeito às mulheres, os aspectos da produção e reprodução são duplamente reforçados como condições fundamentais para o funcionamento do capitalismo.

Ângela Davis, em "*Mulheres, Raça e Classe*" (2016), evidencia em seus estudos as discrepâncias nas batalhas, percalços e conquistas entre mulheres brancas de classe média e mulheres negras nos Estados Unidos. Ao examinar a realidade social das mulheres brancas no contexto do desenvolvimento capitalista, Davis argumenta que embora o trabalho

doméstico fossem realizados por mulheres brancas, elas tinham mais probabilidade de ocupar posições sociais mais privilegiadas, oportunidades educacionais, profissionais e contratar outras mulheres, frequentemente mulheres negras, realizando o trabalho doméstico em suas casas. Embora as mulheres negras nunca tenham sido reconhecidas como donas de casa, sempre carregaram o fardo duplo de serem trabalhadoras assalariadas domésticas fora de seus lares e cuidadoras reprodutivas em seus lares.

Sobre as diferenças de constituição entre mulheres brancas de famílias proprietárias e das mulheres negras durante o período de transição pós-abolicionista, “as mulheres negras e ex-escravas compuseram a força inicial de trabalho nos espaços urbanos” (FREITAS, 2021, p. 104), juntamente aos homens negros como vendedoras de quitutes, biscoitos, numa alternância de vendedoras livre, compondo a vida dos pequenos comércios nessas áreas urbanas. Ainda de acordo com a autora, as mulheres pobres e negras no início da urbanização brasileira no final do século XIX não eram submetidas à uma rígida e hierárquica organização familiar de herança colonial, entretando, não tinham acesso à propriedade privada e direitos garantidos como o dos homens:

Essa constatação é importante porque determinou a consolidação de papéis sociais completamente distintos entre as mulheres, tornando-se impossível qualquer generalização do fator sexo na sociedade brasileira, visto que vivenciavam situações distintas e quase opostas em termos de ocupação do espaço público, de posição no mundo do trabalho e de organização familiar. Essas mulheres sem família tradicional tiveram então que criar meios cooperativos, como suas relações de vizinhança com outras mulheres que passavam pelas mesmas circunstâncias, para sobreviver e garantir sua reprodução doméstica (FREITAS, 2021, p. 105-6).

A análise histórica dos aspectos produtivos e reprodutivos moldados pelas diferenças entre as mulheres revela uma importante relação e origem nas desigualdades, marginalização, precariedade, desemprego estrutural e na inclusão no contingente de reserva (FREITAS, 2021). Além disso, os estudos de Silva (2022) destacam também os aspectos comuns de solidariedade e organização entre as mulheres no cotidiano do residencial do Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas.

Outro ponto relevante é a predominância de mulheres beneficiárias nos programas sociais, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Em um discurso proferido por Dilma Rousseff no Dia da Mulher em 2012, transmitido nas emissoras de televisão de sinal aberto, a presidente destacou que “93% dos cartões do Bolsa Família estão, por exemplo, registrados em nome de mulheres” e que “47% dos contratos da primeira etapa do Minha Casa Minha Vida foram firmados por mulheres” (SILVA, 2020, p. 47).

Dessa forma, a inclusão do nome da mulher nos contratos firmados com a Caixa Econômica Federal representa a conquista de um direito obtido por meio de lutas e reivindicações dos movimentos sociais e habitacionais, sobretudo desempenhado pelas mulheres. Essa medida reconhece a mulher como a responsável legal pelo imóvel, proporcionando uma segurança jurídica em casos de divórcio, separação ou dissolução da união, com um respaldo estatal mais substancial<sup>2</sup>. Em conexão com os processos de produção e reprodução do capital, demonstra-se necessário apresentar alguns dados nacionais sobre as condições laboral, especificamente em relação às mulheres.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos aspectos reprodutivos desempenhados por mulheres que residem nos conjuntos habitacionais, em conexão com os processos de produção e reprodução do capital, são apresentados dados como parte das investigações essenciais acerca das condições das mulheres em relação as questões laborais. Além disso, é crucial destacar as ocupações em domicílio, o subemprego, os setores comerciais e de serviços, associados aos cuidados e à educação. Desta forma, busca-se investigar e analisar os níveis de ocupação e setores que apresentam direta relação com as condições de gênero na perspectiva da reprodução das relações sociais de produção nas habitações.

Inicialmente são apresentados dados sobre a ocupação entre homens e mulheres com e sem carteira assinada durante o segundo trimestre de 2021. No total, são 124 homens e mulheres que na época realizavam algum serviço remunerado, com ou sem vínculos empregatícios formais ou por contra própria (Tabela 1).

**Tabela 1:** Categoria com ou sem carteira assinada entre homens e mulheres nos residenciais

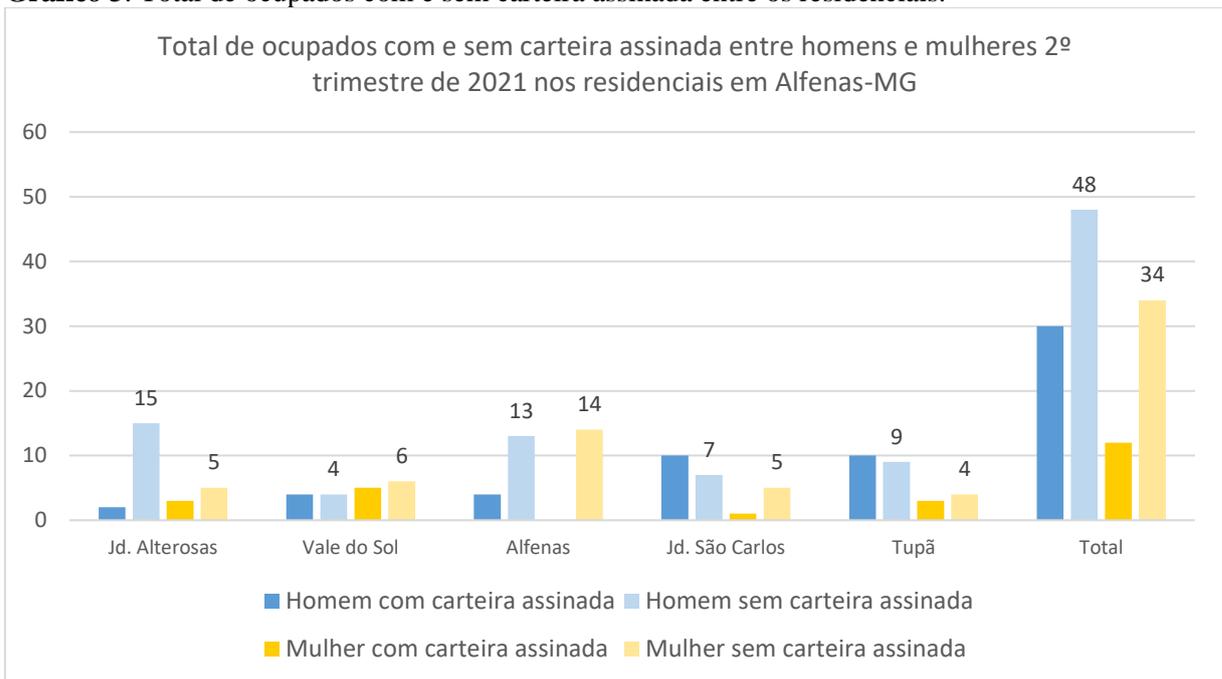
	Jd. Alterosas	Vale do Sol	Alfenas	Jd. São Carlos	Tupã	Total
<b>Homem com carteira</b>	2	4	4	10	10	<b>30</b>
<b>Homem sem carteira</b>	15	4	13	7	9	<b>48</b>
<b>Mulher com carteira</b>	3	5	0	1	3	<b>12</b>
<b>Mulher sem carteira</b>	5	6	14	5	4	<b>34</b>
<b>Total ocupados</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>31</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>124</b>

Fonte: Autora (2021).

<sup>2</sup> A Medida Provisória (MP) 561, convertida na Lei Ordinária nº 12.693 de 24 de julho de 2012 sobre a titularidade registrado em nome da mulher.

Os dados demonstram uma maior relação de homens e mulheres sem carteira assinada, totalizando 82 moradores. Tanto na categoria com e sem carteira assinada, os homens exerciam alguma atividade remunerada durante o segundo trimestre de 2021, totalizando 78 homens contra 46 mulheres. O gráfico (gráfico 3) demonstra uma melhor visualização dos dados em relação ao gênero e os residenciais, sendo demonstrado o Residencial Alfenas com maior número de trabalhadores (31) entre os demais residenciais.

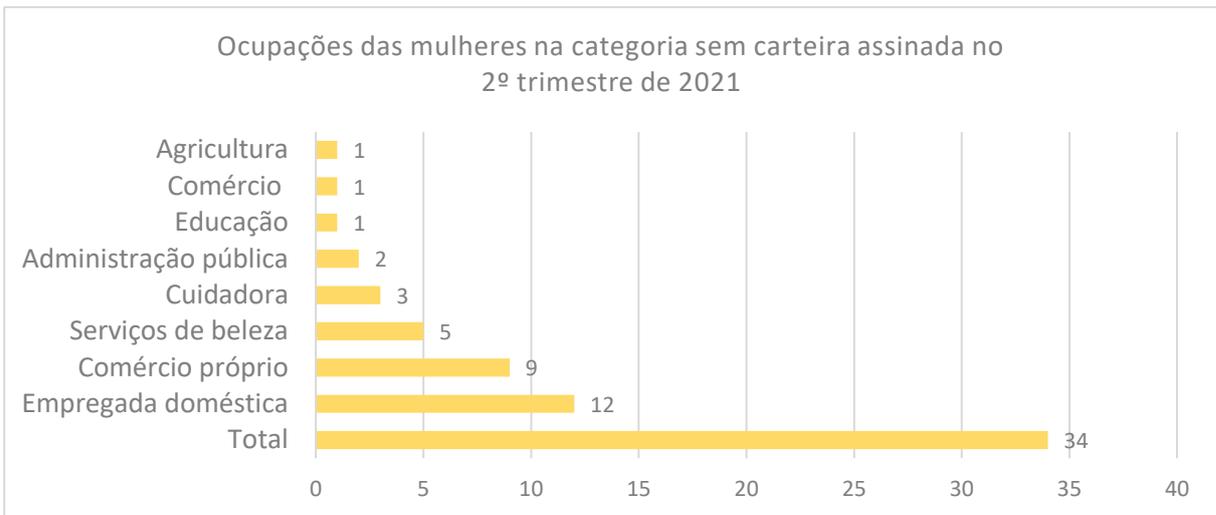
**Gráfico 3:** Total de ocupados com e sem carteira assinada entre os residenciais.



**Fonte:** Autora (2021).

Em relação a condição sem carteira de trabalho entre as mulheres, apenas 3 mulheres do total de 34 sem carteira assinada possuem vínculo empregatício com a prefeitura por meio de contratos. Embora as demais serem trabalhadoras por conta própria, estas 31 *mulheres sem carteira* assinada ocupam a categoria “trabalho informal” por não possuírem o MEI (Microempreendedor Individual), por exemplo. Entre as ocupações exercidas, são elas: empregadas domésticas (12), comércio próprio informal (9), serviços de beleza (5), cuidadora/babá (3), administração pública (2), educação, comércio e agricultura (1) (Gráfico 4).

Gráfico 4: As ocupações das mulheres sem carteira assinada.



Fonte: Autora (2022).

Em *empregada doméstica* foram agrupadas as seguintes ocupações: faxineira e diarista. Embora exista diferença em relação entre o vínculo de serviço entre os espaços familiares e privados, como faxinas em clínicas e empresas, ambos os trabalhos demonstram semelhanças no sentido laboral. Durante a realização das entrevistas e aplicação dos questionários, foi possível observar algumas falas em relação as formas de vínculos e contratos. Entre essa ocupação, as mulheres afirmaram que trabalham em forma de “bico”, quando estabelecimentos comerciais e residenciais buscam pelo serviço de forma eventual. O valor médio dessas diárias é em torno de R\$ 80,00.

Em relação ao comércio próprio, foi possível observar uma relação do trabalho vinculado à produção própria, como bolos, brigadeiros, espetinhos, salgados, artesanato, bem como, a venda de joias e roupas compradas no comércio atacado na cidade de São Paulo, devido sua aproximação e área de influência entre metrópole e cidade média.

Dentro dessa categoria, foram observadas duas formas de comercialização: a ambulante e a no próprio residencial. Dentro do total de nove mulheres com a ocupação *comércio próprio*, duas delas são vendedoras ambulantes na área central e por toda a cidade com a venda de balas e brigadeiros nos faróis e ruas no município. Em média, afirmam conseguir obter uma renda média de 1 a 2 salários mínimos com esse tipo de comércio.

Em relação ao comércio próprio no residencial, as mulheres utilizam o próprio espaço do apartamento e do condomínio para a produção e venda desses produtos, como a utilização da sala do apartamento transformada em uma loja de roupa, a venda de bolos por encomenda,

a produção de salgados e trufas com anúncio na porta do apartamento, e a utilização trailers e uma estrutura de tenda, churrasqueira e isopor na área do estacionamento dos residenciais.

**Figura 2:** Algumas atividades do comércio próprio e ambulante nos residenciais.



**Fonte:** Silva (2022). À esquerda: trailer de um moradora posicionado na rua em frente ao residencial; ao centro e direita: loja de roupa adaptada na sala e quarto.

Segundo Antunes (2011, p. 409), os trabalhadores informais tradicionais caracterizam-se pela realização de atividades informais associadas à falta de emprego. Eles podem alternar entre formas precárias de trabalho e o desemprego, muitas vezes envolvendo a prática de "bicos", nos quais obtêm rendimentos modestos. Esses trabalhadores atuam como vendedores ambulantes de uma variedade de produtos, como roupas, doces, salgados, cosméticos, artesanato, entre outros, sendo estruturados e sustentados pela clientela local do bairro:

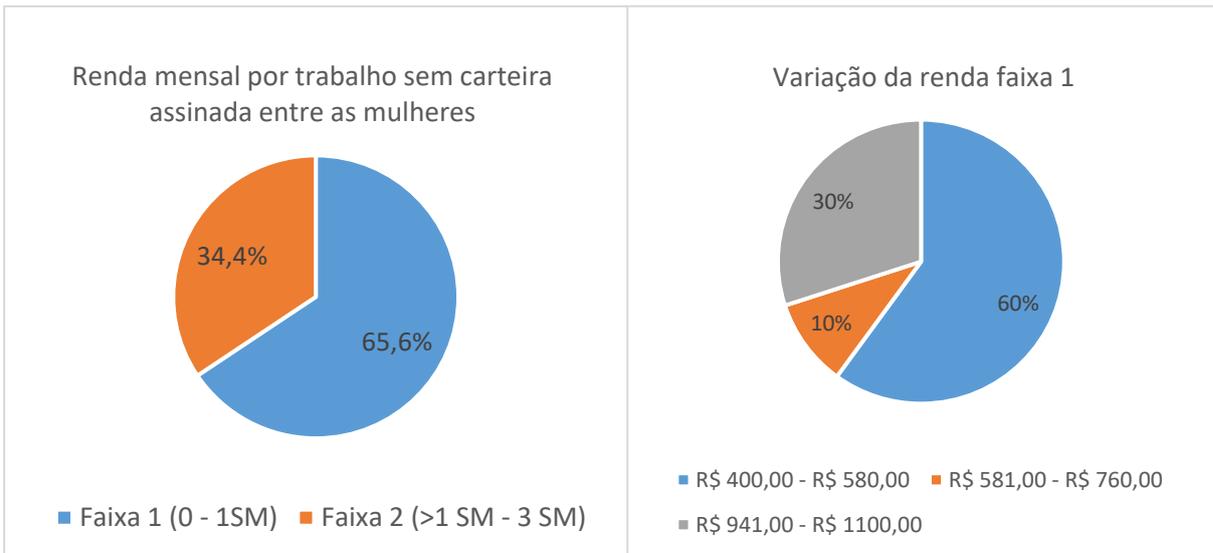
Não há horário fixo de trabalho, e as jornadas de trabalho levam frequentemente ao uso das *horas vagas* para aumentar a renda oriunda da atividade. Acrescente-se ainda o fato de que, no serviço por conta própria, além do uso de seu trabalho, pode haver uso da força de outros membros da família, com ou sem remuneração. (ANTUNES, 2011, p. 409).

Para Silva (2022), é importante considerar que a adaptação das residências para o comércio informal, conduzem numa ausência de espaços importantes para os aspectos da reprodução e das relações familiares. Neste caso, o espaço da sala foi transformado em loja, possivelmente alterando ou influenciando as relações de convivência da família, bem como, a ausência de espaços para da mesa de jantar para as refeições. A televisão encontra-se no quarto, este que deveria ser destinado enquanto espaço do descanso, passou a ser também o espaço das refeições, do entretenimento, bem como, a adaptação em outros espaços como a utilização apenas de cadeiras próximo à porta ou na cozinha. Esta família, composta pela avó, filha e neto, convive diretamente com os produtos expostos e se confundem com a rotina, móveis e objetos da casa. A ausência de um local adequado para as refeições, por exemplo, pode refletir

diretamente nas relações de convivência, nos momentos importantes do relacionamento entre a família que envolve a alimentação, por exemplo.

Por fim, em relação as rendas das mulheres sem carteira de trabalho, foi observada uma predominância de zero a um salário mínimo. Nesta faixa, a principal variação foi de R\$ 400,00 a R\$ 580,00 mensais (Gráfico 5).

**Gráfico 5:** Renda média mensal das trabalhadoras sem carteira assinada no 2º trimestre de 2021.



**Fonte:** Autora (2021).

A partir do levantamento dos dados socioeconômicos nos domicílios do PMCMV em Alfenas-MG, percebeu-se uma maior presença do trabalho informal, “chamados bicos”, entre homens e mulheres. O trabalho associado ao serviço doméstico, de limpeza e dos cuidados, são as principais profissões entre as mulheres, sendo predominante a renda entre meio e 1 SM. Nota-se a importância dos levantamentos de dados sobre o trabalho informal e suas dinâmicas em escala local para a compreensão das relações de trabalho e exploração no município.

Por fim, Saffioti (2013, p. 83) considera que, embora os países subdesenvolvidos apresentem maiores taxas de utilização da mão de obra feminina, a força do trabalho produtivo entre as mulheres localiza-se em funções não produtivas, como serviços domésticos remunerados, permanecendo-se à margem do sistema produtivo, com as menores remunerações, numa “integração periférica” no setor de produção de bens e serviços (SAFFIOTI, 2013, p. 89).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das relações entre geografia do trabalho, gênero e habitação nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas-MG revela a complexidade das dinâmicas sociais que permeiam esses espaços. Ao se fundamentarem nas perspectivas teóricas de Marx e Lefebvre, este estudo destaca a habitação não apenas como um espaço físico, mas como um produto de valor de troca, cuja valorização está intrinsecamente ligada aos processos de produção do espaço urbano e à segregação socioespacial.

A condição habitacional desses residenciais reflete e reproduz as desigualdades presentes nas relações de trabalho, especialmente para as mulheres. A análise dos dados locais de ocupação e renda revela um perfil desfavorável, com ênfase nas mulheres, que enfrentam baixos rendimentos e ocupações precárias, como empregadas domésticas e comerciantes informais. A formação de uma classe trabalhadora nos residenciais evidencia a relação entre produção e reprodução de uma classe precarizada nas relações de trabalho, onde a desocupação e a informalidade são características marcantes.

A relação entre produção e reprodução no contexto do trabalho, conforme discutido a partir das teorias de Marx e Lefebvre, destaca que a produção não se limita à criação de bens materiais, mas também engloba a reprodução de trabalhadores e das relações sociais necessárias para o processo de acumulação de capital. Nas atuais condições de trabalho, marcadas pela divisão laboral, pós-fordismo e neoliberalismo, a precariedade se torna uma característica constante, com altas taxas de informalidade e desigualdade de renda.

A exploração do trabalho, especialmente no contexto contemporâneo, está enraizada na estratificação das classes sociais e na intervenção regulatória do Estado. A erosão progressiva das proteções aos trabalhadores, intensificada pelo neoliberalismo, contribui para o aumento da exclusão social e da exploração econômica, configurando um estado de precariedade. A análise das taxas de informalidade revela disparidades significativas entre diferentes grupos étnicos, destacando a população negra como mais afetada pela precarização do trabalho.

A análise de gênero é fundamental para compreender as complexidades socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres. A relação entre desocupação, informalidade e a reprodução de papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres no âmbito doméstico contribui para a perpetuação das desigualdades de gênero. A inserção das mulheres nos programas sociais, como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, embora represente uma conquista, também evidencia a sobrecarga delas em papéis de cuidado e reprodução, muitas vezes marginalizando-as no mercado de trabalho formal.

Uma análise histórica revela que as mulheres, especialmente as negras, têm desempenhado papéis fundamentais no mercado de trabalho desde o período pós-abolicionista, com ocupações diversas e muitas vezes precárias. A compreensão dessas dinâmicas históricas é crucial para entender as origens das desigualdades e marginalizações presentes nos dias atuais.

As ocupações informais, especialmente aquelas desenvolvidas por mulheres nos conjuntos habitacionais, revelam a busca por alternativas econômicas diante das limitações do mercado de trabalho formal. A adaptação das residências para atividades comerciais, embora represente uma estratégia de sobrevivência, também gera impactos nas relações familiares e no uso dos espaços domésticos.

Diante desse contexto, é imperativo repensar as políticas habitacionais e de trabalho, considerando não apenas a dimensão física dos residenciais, mas também as condições de vida, trabalho e reprodução social. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas, que reconheçam as especificidades de gênero, classe e raça, visando a promoção de condições dignas de vida e trabalho para todos.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio concedido por meio da bolsa de pesquisa para a colaboração deste estudo.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 405–419, 2011.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Campinas: Boitempo, 1999.
- ARRAIS, T. A. Quando o Estado importa – gasto governamental e transferência de renda direta na pandemia da Covid-19. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 26, n. 3, 2022.
- BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. A Cidade Contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.
- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- DAMIANI, A. L. **As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço**. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 48-61.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, C. A. O. **Mulheres e periferias como fronteiras**: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio. São Paulo: FAUUSP, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. **A Re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARX, K. **O Capital**, vol. 1, tomo I. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PASSOS, A. L. A. Informalidade no Brasil: a sua especificidade racial entre a classe trabalhadora. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, nº 14, 2021.

RUFINO, M. B. C. Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Caderno MetrÓpole**, São Paulo, v. 18, n 35, p. 217-236

SAFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SILVA, C.R. O Programa Minha Casa Minha Vida em Alfenas: entre o concebido e o vivido no cotidiano das habitações. 2022. 218f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/MG, 2022. Disponível em: <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/2010>>. Acesso em 2 de abril de 2023.

SOUSA, F.S. Do trabalho para a casa: tensionamentos da relação da política habitacional do Programa “Minha Casa Minha Vida” para o trabalhador. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 103, jan-jun. 2020.